

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARILZA MUELLER

ANÁLISE DA CONTABILIDADE APLICADA NO SETOR RURAL

CURITIBA

2017

MARILZA MUELLER

ANÁLISE DA CONTABILIDADE APLICADA NO SETOR RURAL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Especialista em Controladoria, no curso de Pós-Graduação em Controladoria 2016, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a.Dr^a Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

MARILZA MUELLER

COMO A CONTABILIDADE É APLICADA NO SETOR RURAL

Monografia apresentada como requisito parcial à para obtenção do grau de Especialista no Curso de Controladoria, Setor Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a Mayla Cristina Costa
Departamento Controladoria, Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 11 de Fevereiro de 2017.

A minha família que sempre me apoiou e incentivou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço á Deus pela saúde e disposição que me permitiu realizar esse trabalho.

Ao meu marido pelo incentivo.

Á minha família a qual abri mão de muitos momentos juntos.

Não basta querer, você também precisa lutar.
Sonhos só se tornam realidade se você correr atrás,
batalhar e fazer acontecer
(Vanessa Pimentel)

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um apanhado geral sobre como a contabilidade é aplicada no setor rural. O trabalho não enfatizou nenhuma atividade específica, mas sim é uma espécie de síntese acerca das aplicações da contabilidade à um setor específico. Assim, como nos outros setores, a contabilidade rural é o principal instrumento de apoio para as tomadas de decisões, têm por finalidade controlar o patrimônio das entidades rurais, e apuração seus resultados, porém a contabilidade rural ainda é pouco explorada nos cursos da área contábil, muitas vezes não é colocada de forma específica. Observa-se que o setor rural brasileiro passa por mudanças estruturais desde a década de setenta e essas mudanças foram responsáveis por novos padrões de competitividade e integração aos sistemas agroindustriais. Isso leva ao aumento de complexidade do ambiente interno da empresa rural, que induziu o empresário rural a buscar novos padrões de gestão de sua atividade sob uma perspectiva capitalista. Nesse sentido, é muito importante diferenciar as atividades rurais e suas formas de atuação. A contabilidade rural é de grande importância para as entidades rurais e para os empresários rurais por isso considerou-se necessário detalhar e evidenciar, como a contabilidade é aplicada e como as informações são geradas.

Palavras-chave: Contabilidade, atividades rurais.

ABSTRACT

The present work refers to a general overview on how accounting is applied in the rural sector. The work did not emphasize any specific activity, but rather it is a kind of summary. Since the seventies, the Brazilian rural sector has undergone structural changes. These changes resulted in new patterns of competitiveness and integration in the agribusiness systems. This leads to increased complexity of the internal environment of rural enterprises, which induced farmers to seek new management practices under a capitalist perspective. Rural accounting is the main instrument of support for decision-making, the purpose of which is to control the assets of rural entities, and to calculate their results, but accounting and little Explored in accounting courses, is often not specifically stated. It is very important to differentiate rural activities and their forms of action. Rural accounting is of great importance to rural entities and to rural entrepreneurs so it is necessary to detail and evidence, how accounting is applied and how information is generated.

Key words: Accounting, rural activities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de Pesquisa.....	11
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa Teórica e Prática	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 O Setor Rural e a área Controladoria.....	13
2.2 Contabilidade Rural	14
3. METODOLOGIA	20
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 Plano de Contas	22
4.1.1 Acumulação dos custos	22
4.1.2 Avaliação dos estoques	22
4.1.2.1 Inventário Periódico	22
4.1.2.2 Inventário Permanente.....	22
4.1.3 Estrutura básica de plano de contas necessárias para as atividades rurais.	23
4.2 CUSTOS DE PRODUÇÃO	43
4.2.1 Custos Diretos	43
4.2.2 Custos Indiretos.....	44
4.2.3 Custos Fixos	44
4.2.4 Custos Variáveis.....	44
4.2.5 Outros Conceitos	44
4.3 IMOBILIZADO	45
4.3.1 Depreciação. Exaustão e Amortização	46
4.3.2 Gastos pré-operacionais.....	47
4.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS.....	47
4.5 IMPOSTO E OBRIGAÇÕES.....	48

4.5.1 Formas de Tributação.....	48
4.5.2 Obrigações Acessórias	48
4.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	51
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

As Atividades Rurais são de grande importância para o desenvolvimento do país, é através dessas atividades que vem a maioria dos alimentos consumidos em nossas residências. O agronegócio é considerado um dos setores mais importantes da economia brasileira, tem uma participação significativa no PIB, nas exportações e na geração de empregos. Desde o final da década de cinquenta e, mais intensivamente, a partir da década de setenta, o ambiente rural passou por processos de reestruturações. Esse processo foi iniciado pela transição de uma agricultura tradicionalista, praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada, baseada no uso intensivo de tecnologia, processo esse, ainda, em evolução (ALCANTARA, 2010).

Neste sentido, é possível observar um aumento da complexidade para responder às necessidades de adaptação ao ambiente mais desafiador e competitivo da atividade rural. Para o produtor ou empreendedor rural aumentou o desafio de melhorar a efetividade dos processos produtivos e implantar políticas de gestão adaptadas a esse ambiente em mudança (ALCANTARA, 2010). A propriedade rural, gradativamente, deixa de ser um “patrimônio físico” e passa a ser percebida como um “negócio comercial” importante para o Brasil.

No entanto, algumas características podem ser destacadas na empresa rural, entre elas está o fato de sua atividade estar sujeita às intempéries climáticas que colocam em risco a produção. Além disso, o produtor rural é um agente “tomador de preço”, isto é, o valor pago à sua produção oscilará de acordo com os preços praticados no mercado, uma vez que a atividade é baseada na produção e comercialização de *commodities* agrícolas. Não obstante, a empresa rural depende de sua capacidade de geração de lucro para manter-se viável.

Considerando a relevância do agronegócio é essencial o seu controle patrimonial, o controle de custos e de receitas. Para isso é de grande importância contabilidade Rural, que tem por finalidade, controlar e apurar os resultados e patrimônios das entidades rurais.

Denomina-se entidade rural qualquer entidade pessoa física ou jurídica detentora de um patrimônio Rural e que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de produtos agrícolas.

Para Crepaldi (2009 pg. 79) uma empresa rural pode determinar qual o curso a seguir e por meio do controller observar se a política traçada está sendo cumprida. A contabilidade Rural, dentro do sistema de informações da empresa rural, auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações quer seja no registro e avaliação, deverá atender a essa finalidade. O objetivo da contabilidade rural tem sido o patrimônio e seu uso, a determinação do lucro e controle do patrimônio.

Toda a propriedade rural deve contar com uma administração eficiente e a contabilidade deve apresentar informações claras e objetivas. A contabilidade rural no Brasil é pouco usada tanto para empresários rurais quanto para contadores, isso acontece devido à falta de conhecimento por parte dos empresários da grande importância e relevância das informações obtidas através contabilidade que pode auxiliá-los na tomada de decisões e obter uma melhor rentabilidade.

Desse modo, a contabilidade rural é o principal instrumento de apoio para as tomadas de decisões, têm por finalidade controlar o patrimônio das entidades rurais, e apuração seus resultados, porém a contabilidade é pouco explorada nos cursos da área contábil, muitas vezes não é colocada de forma específica. Assim, a contabilidade rural é de grande importância para as entidades rurais e para os empresários rurais por isso é necessário detalhar e evidenciar, como a contabilidade é aplicada e como as informações são geradas.

1.1 Problema de Pesquisa

Com base na verificação da limitação dos estudos que abordam ainda a área da contabilidade rural, tem-se como questão de pesquisa: De que maneira é possível diferenciar as atividades rurais e suas formas de atuação?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho é englobar e expor de forma teórica, quais são os tipos de atividades rurais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar como as atividades rurais se dividem, quais são seus custos, como são compostos;
- Verificar quais são os imobilizados das empresas que atuam no setor, como o plano de contas é composto;
- Analisar como a contabilidade é aplicada no setor.

1.3 Justificativa Teórica e Prática

Se por um lado, os processos de gestão acompanharam a evolução da empresa rural, (BATALHA, 2004), à medida que essa empresa evolui no tempo, por outro lado, emerge a questão sobre a continuidade desse negócio ao longo das gerações de uma mesma família e falta de controle e apuração contábil por especialistas na área. Quando as empresas rurais de controle familiar alcançam um nível de economia de escala que lhes confere vantagens competitivas e passam, posteriormente, por um evento de sucessão, algumas consequências podem ocorrer entre eles a venda da área total que compõe a empresa para terceiros; o estabelecimento em unidades de produção menores o que pode reduzir ou mesmo anular as vantagens antes alcançadas e a sucessão familiar na empresa rural e sua continuidade ao longo de gerações de uma mesma família.

Considera-se que esse estudo é relevante do ponto de vista acadêmico por terem ainda poucas pesquisas de dissertação de mestrado e doutorado sendo desenvolvidas nessa área, o que é possível verificar que há poucos artigos publicados nos periódicos nacionais sob essa temática. Além disso, o estudo aborda, conforme já comentado, um setor que possui uma participação significativa no PIB, nas exportações e na geração de empregos no Brasil.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Setor Rural e a área Controladoria

Em decorrência do Plano Real e da abertura comercial e da estabilização da economia advinda após 1994, as mudanças estruturais que ocorreram no meio rural foram: (i) concentração no setor produtivo em função da redução da renda com os produtos agrícolas, que implica a necessidade de aumento de escala para garantir o desempenho econômico das empresas; (ii) reorganização das atividades; (iii) expansão do financiamento próprio ou por outros meios que não dependem exclusivamente de programas governamentais; (iv) mudança de enfoque da terra como um fator de produção e não mais um ativo destinado à reserva de capital (NEVES et al, 1997).

O processo de modernização foi acompanhado pelo surgimento de uma nova “ruralidade”, na qual a agricultura, antes um setor produtivo independente constituído por seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou ao restante da economia a ponto de não poder mais ser separada dos outros setores produtivos. A sociedade rural incorporou padrões que eram próprios dos setores industriais e de serviços, tais como: administração profissional, organizações burocráticas e melhoria dos sistemas de comunicação e informação (ALCANTARA, 2010).

Por sua vez, segundo Medeiros (1999, pg 17), controladoria é a área que tem por função coordenar os esforços dos gestores, visando alcançar seus resultados, gerando assim informações relevantes e oportunas para a tomada de decisões na organização.

A controladoria é uma mistura de conhecimentos de administração e contabilidade, tem por missão otimizar os resultados econômicos das empresas, suas principais ferramentas são os sistemas gerenciais. Nesse sentido, a contabilidade rural pode ser analisada como uma das ramificações importantes de ligação com a área de controladoria no setor rural.

As condições do desenvolvimento rural induziram a um “novo” modelo de agricultor caracterizado pela aplicação de “estratégias empresariais complexas”. Essas estratégias são marcadas pelo exercício da função comercial juntamente com

a função produtiva, obrigando o produtor rural a adquirir competências no que se refere, sobretudo, à gestão de seu empreendimento e ao controle de um sistema que associa diversas atividades. Esse novo modelo de agricultor-empresário foi influenciado pelo também novo modelo de produção agrícola, baseado na adoção de sistemas intensivos de produção e integração com os agentes a jusante e a montante nos sistemas agroindustriais, fundamentado na busca pelo aumento da eficiência das empresas rurais (ALCANTARA, 2010).

Dentro da empresa rural, observou-se uma mudança em relação à postura do empresário rural quanto ao seu negócio. Em pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural (2005), foi identificado que agricultores e pecuaristas passam a ter interesse por questões gerenciais da sua atividade. Entre os tópicos apontados pela pesquisa, destacam-se: o uso de novas tecnologias, a valorização do apoio técnico de profissionais especializados e uma gestão profissional.

Os empresários rurais procuram estruturar uma atividade que alcança maior eficiência e eficácia de processos mediante políticas de gestão que imprimem a essa empresa maior competitividade⁵. Essas reestruturações estimulam, também, a necessidade de maior capacitação e desenvolvimento de habilidades e competências por parte desses gestores e de seus colaboradores (ALCANTARA, 2010).

2.2 Contabilidade Rural

A contabilidade pode ser estudada em modo geral mais quando é aplicada a uma determinada área ela é denominada de acordo com a atividade daquele ramo. A contabilidade Rural tem por finalidade, controlar e apurar os resultados e patrimônios das entidades rurais. Denomina-se entidade rural qualquer entidade pessoa física ou jurídica detentora de um patrimônio Rural e que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de produtos agrícolas.

Para Crepaldi (2009 pg 79) uma empresa rural pode determinar qual o curso a seguir e por meio do controlar observar se a política traçada está sendo cumprida. A contabilidade Rural, dentro do sistema de informações da empresa rural, auxilia

sobremaneira na geração de informações para o planejamento e controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações quer seja no registro e avaliação, deverá atender a essa finalidade. O objetivo da contabilidade rural tem sido o patrimônio e seu uso, a determinação do lucro e controle do patrimônio.

No setor, agricultura é toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais. Mesmo com o avanço da industrialização a agricultura continua desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do país, pois produz alimentos baratos e de boa qualidade, produz matéria prima para as indústrias além de aumentar a entrada de dinheiro no país através da exportação.

A agricultura pode se dividir em setor agrícola, setor zootécnica, e atividade agroindustrial. As atividades do setor agrícola, são o cultivo de hortícola, forrageira, arboricultura, o setor de zootécnica são a criação de animais a principal delas é a pecuária, já a atividade agroindustrial é o beneficiamento de produtos agrícolas, a transformação de produtos zootécnicos como os laticínios e também a transformação de produtos agrícolas como a cana de açúcar dar origem a diversos outros produtos.

Desse modo, o exercício social da atividade agrícola tem uma grande diferença em relação às demais atividades que concentram seu encerramento no último dia do mês de dezembro. A produção agrícola é sazonal concentra-se em determinados períodos, em alguns dias de um mês do ano. Ao término da comercialização da colheita temos o encerramento do ano agrícola, o ano agrícola vai do período que se planta até quando se encerra a comercialização do produto.

Na atividade pecuária o exercício social se inicia no nascimento dos bezerros, ou o desmame e o encerramento se concentra basicamente na venda das reses para o frigorífico.

Na avicultura o exercício inicia-se na criação de matrizes para a postura dos ovos, passando pelo envio dos animais para as granjas e termina quando é realizada a venda para os frigoríficos ou a comercializar dos ovos.

Na atividade rural encontramos duas formas jurídicas possíveis de exploração, pessoa física e jurídica. No Brasil, prevalece a exploração de forma jurídica, pois proporciona mais vantagens de ordem fiscal, as pessoas físicas de pequeno e médio porte não precisam para fins de imposto de renda, fazer escrituração regular em livros contábeis e podem utilizar apenas um livro caixa e efetuar uma escrituração simplificada.

As receitas são reconhecidas no exato momento da venda, como ocorre nas demais atividades.

Nas atividades rurais o ativo biológico é de grande relevância, ativo biológico segundo o CPC 29 é um animal ou planta vivo para obtenção de produtos para a venda ou para a formação de outros ativos biológicos.

As atividades agrícolas são classificadas em:

Culturas Temporárias: São aquelas em que o período de vida é curto e normalmente oferecem apenas uma colheita, sujeitas ao replantio após cada colheita, como por exemplo, soja, feijão, milho, arroz, etc. Os custos são registrados no ativo circulante e o saldo será baixado contra a conta de resultados quando der-se a comercialização.

Culturas Permanentes: São aquelas que não são necessários o replantio após cada colheita, ou produção pode durar mais de ano são o caso das frutas arbóreas e café. Os custos são registrados no ativo permanente, sendo permitida a depreciação, quando se encontra pronta para a primeira colheita, o valor acumulado é transferido para o ativo circulante e que será transferida para conta de resultado na ocasião da venda.

As atividades da pecuária são divididas em:

Cria: Produção de bezerros vendidos após o desmame;

Recria: Produzir e Comercializar o bezerro magro a partir do desmame para a engorda;

Engorda: É denominada atividade invernista que a partir do novilho magro, produz o novilho gordo para vendê-lo.

Classificação contábil

São classificados como ativo não circulante imobilizado, os gados reprodutor que são os touros e vacas puros de origem, puros de cruza, plantel destinados a inseminação artificial, também os suínos, aves e equinos destinados a reprodução, gado de renda que são os animais que a empresa explora a produção de bens que constituem objeto de suas atividades, e os animais de trabalho que são destinados a trabalhos agrícolas, sela e transportes.

No ativo circulante são registrados todos os animais destinados a venda ou a produção de bens para a venda. Para a apuração dos resultados, os animais devem ser registrados custo real, sendo inventariado pelo preço corrente no mercado.

Na avaliação dos estoques vivos, utiliza-se dos métodos: o método do custo histórico, ou seja, os ativos devem ser incorporados pelo valor de aquisição, esse método é de fácil verificação e objetivo. O outro método é pelo valor de mercado onde os animais poderão ser avaliados aos preços correntes do mercado.

Na pecuária a variação patrimonial líquida representa o acréscimo ou o decréscimo do valor econômico do rebanho.

São dois os fatores que influencia nessa variação, o crescimento natural dos animais, que com o passar do tempo tem um constante aumento do valor econômico e a rotatividade de estoque ser lenta, que acarreta os efeitos da inflação com a perda do poder aquisitivo da expressão monetária que está registrado.

A variação pode ser positiva quando há ganho econômico e negativa quando ocorre a morte do animal, por doença ou por outro fator involuntário.

É imprescindível que a contabilização dos fatos seja feita de forma clara e objetiva, para instruir corretamente o empresário rural e ajuda-lo no bom desempenho da atividade.

Gerar informações consciente e reais que permitam a tomada de decisão é uma dificuldade para os produtores rurais.

Segundo Crepaldi (2005), para obter esses dados referentes ao movimento econômico-financeiro diário da propriedade, é preciso que o seu administrador conheça a realidade do empreendimento, por meio da classificação e organização dos dados referentes ao movimento diário das operações da propriedade, à rentabilidade da atividade produtiva e aos resultados, considerando como estes podem ser otimizados.

Para que esse controle gerencia tenha efeito é necessário que o produtor rural, se desvincule o máximo da pessoa física .

Para, Padoveze (2000) postula que o gerenciamento contábil está ligado às informações contábeis necessárias para o controle, o acompanhamento e o planejamento da empresa como um todo, sendo utilizados pela alta administração da companhia. A Contabilidade Gerencial está relacionada ao fornecimento de informações para os administradores. São eles que estão dentro da organização e são os responsáveis pela direção e controle de suas operações. Para Atkinson et al. (2000, p. 36), a Contabilidade Gerencial “é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre eventos econômicos das empresas”.

Para que esse controle tenha efeito é necessário que o modelo de controle gerencial a ser empregado, evidencie qual o nível de detalhamento e sofisticação que o negócio requer. A definição do modelo deve ser a mais condizente possível. Uma opção é o controle baseado nas movimentações financeiras, este não seria tão preciso, mas é simples e dinâmico, ao apurar os resultado.

Nas empresas rurais a figura da gerencia é muito importante, tem como responsabilidade de funcionamento de toda a maquina produtiva.

Para obter bons resultados a gerencia deve levar em consideração alguns fatores:

Deve formar equipes de execução de campo, determinando funções e responsabilidades de acordo com os objetivos da propriedade;

Deve definir um sistema de controle operacional por setor, deve ser feita a análise pelo gerente desses controles;

Deve ter uma execução diária do de todo o planejamento, realizar reuniões com administradores e chefes de setores para definir quais os serviços prioritários, e depois fazer inspeções em todos os setores para verificar o andamento dos serviços;

Desse modo, é importante a elaboração de um orçamento anual, podendo ser relativo de janeiro e dezembro ou relativo ao ano agrícola. Neste orçamento deve estar incluso, estimativa de produção , necessidades de insumos , definir valores de receita, despesas e investimentos, analisar e reavaliar resultados anteriores .

3. METODOLOGIA

O presente trabalho será apresentado em forma de monografia, que se refere a um tipo de específico de produção científica e são caracterizados pela abordagem de um único tema. O objetivo geral desse trabalho englobar e expor de forma teórica , quais são os tipos de atividade rurais.

O objetivo específico desse trabalho é verificar como as atividades rurais se dividem, quais são seus custos e como são compostos , verificar os imobilizados e como o plano de contas é composto , analisar como a contabilidade é aplicada no setor

A contabilidade rural é o principal instrumento de apoio para as tomadas de decisões, têm por finalidade controlar o patrimônio das entidades rurais, e apuração seus resultados, porem a contabilidade e pouco explorada nos cursos da área contábil, muitas vezes não é colocada de forma específica. É muito importante diferenciar as atividades rurais e suas formas de atuação. A contabilidade rural é de grande importância para as entidades rurais e para os empresários rurais por isso é necessário detalhar e evidenciar, como a contabilidade é aplicada e como as informações são geradas.

Toda a propriedade rural deve contar com uma administração eficiente e a contabilidade deve apresentar informações claras e objetivas.

A contabilidade rural no Brasil é pouco usada tanto para empresários rurais quanto para contadores, isso acontece devido à falta de conhecimento por parte dos empresários da grande importância e relevância das informações obtidas através contabilidade que pode auxiliá-los na tomada de decisões e obter uma melhor rentabilidade.

O trabalho será totalmente exposto de forma teórica , elaboração do trabalho terá como base a análise e seleção bibliográfica de livros, periódicos, sites atuais que aborde assuntos relacionados a contabilidade na atividade rural. A pesquisa do trabalho é de natureza qualitativa, pois os dados obtidos ocorrerá mediante pesquisas a artigos e livros referente a Contabilidade Rural dos mais conceituados autores do ramo.

O trabalho será dividido em capítulos e estes por sua vez em subcapítulos de acordo com a abordagem do tema e o desenvolvimento do trabalho.

Principais autores usados como referencia na contabilidade rural são:

Silvio Aparecido Crepaldi , doutor em Administração Contábil Financeira , atua na área de direito tributário , empresarial e comercio exterior e também na área de contabilidade e auditoria financeira , possui diversos livros publicados , um deles é Contabilidade Rural , uma abordagem decisoria.

Jose Carlos Marion é referencia profissional para estudantes e profissionais da área de contabilidade entre muitas formações possui mestrado com dissertação em Contabilidade Pecuária , por anos concentrou seus estudos na contabilidade em Agribusiness.

Também foram utilizados como referencia diversos autores com publicações na área de contabilidade e controladoria.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Plano de Contas

Como nas demais atividades, as atividades rurais também necessitam de um plano de contas, onde são apresentadas as contas, títulos e descrição de cada uma. Deve ser elaborado em compatibilidade com a estrutura de decisão que pretende utilizar. Na definição da estrutura do plano de contas, podemos adotar as diretrizes estabelecidas, legislação comercial e fiscal.

4.1.1 Acumulação dos custos

Para Crepaldi (2009, pg 205), acumulação dos custos significa colher os dados de custo e registra-los de forma organizada, sistemática, no sentido de atender a alguma finalidade (calcular os custos dos produtos vendidos e valor dos estoques).

4.1.2 Avaliação dos estoques

As empresas rurais adquiriram vários insumos em períodos e valores diferentes, e não é consumido na mesma proporção, o que acaba misturando produtos novos e o que já estão no estoque. Para avaliar o custo utiliza-se o sistema de inventario permanente e periódico, e os métodos de avaliação de estoque utilizado pela contabilidade financeira.

4.1.2.1 Inventario Periódico

Neste caso o inventario é levantado ao fim de cada período, devera ser feita uma contagem física do estoque para verificar qual foi o consumo.

4.1.2.2 Inventario Permanente

Neste caso o controle é feito através de ficha de estoque, esse método proporciona maior segurança no registro dos custos. Esse método é o mais utilizado na atividade agrícola, pois possibilita separar custos de acordo com a cultura, safra e colheitas. Podem-se usar os métodos de avaliação de estoque PEPS, UEPS ou Custo médio. O contagem física é feita só em questão de auditoria e controle interno

4.1.3 Estrutura básica de plano de contas necessárias para as atividades rurais.

11. ATIVO CIRCULANTE

111. Disponibilidades

111.1. Caixa

111.2. Bancos c/ Movimento

111.3. Numerário em Trânsito

111.4. Aplicações Financeiras

111.5. Depósitos Bancários Vinculados

112. Clientes

112.1. Duplicatas a Receber

112.2. Duplicatas a Receber - Empresas Ligadas

112.3. (-) Venda p/ Entrega Futura

112.4. (-) Duplicatas Descontadas

112.5. (-) Créditos de Liquidação Duvidosa

113. Créditos Diversos

113.1. Títulos a Receber

113.2. Empréstimos a Receber

113.3. Cheques a Receber

113.4. Lucros e Dividendos a Receber

113.5. Bancos - Contas Vinculadas

113.6. (-) Créditos de Liquidação Duvidosa

113.7. Adiantamentos

- 113.7.1. Adiantamento p/ Viagens
- 113.7.2. Adiantamento p/ Despesas
- 113.7.3. Adiantamento de Salários
- 113.7.4. Adiantamento de 13º Salário
- 113.7.5. Adiantamento de Férias
- 113.7.6. Adiantamentos a Terceiros
- 114. Impostos e Contribuições a Recuperar
 - 114.1. ICMS a Recuperar
 - 114.2. IRRF s/ Aplicações Financeiras a Recuperar
 - 114.3. Cofins a Recuperar
 - 114.4. PIS a Recuperar
 - 114.5. ISS a Recuperar
- 115. Aplicações Financeiras
 - 115.1. Depósito a Prazo Fixo Pós-Fixado
 - 115.2. Letras de Câmbio
 - 115.3. Títulos de Estatais
 - 115.4. Debêntures
 - 115.5. Mercado de Ações
 - 115.6. Aplicação em Ouro
 - 115.7. Títulos e Valores Mobiliários
 - 115.8. (-) Provisão p/ Ajuste ao Valor de Mercado
 - 115.9. (-) Provisão p/ Perdas
- 116. Rebanhos e aves

116.1. Rebanho bovino em formação

116.1.1. Bezerros de 0 a 12 meses

116.1.2. Bezerras de 0 a 12 meses

116.1.3. Novilhos de 13 a 24 meses

116.1.4. Novilhas de 13 a 24 meses

116.1.5 ...

116.1.6 ...

116.2. Rebanho bovino para corte

116.2.1. Gado de engorda

116.2.2. Touros descartados

116.2.3. Matrizes descartadas

116.2.4. ...

116.2.5. ...

116.3. Rebanho bovino em trânsito

116.3.1. Reses em trânsito

116.3.2. Reses a classificar

116.3.3. Reses em pastagens de terceiros

116.3.4. Reses em confinamento

116.3.5. ...

116.3.6. ...

116.4. Rebanho de eqüinos

116.4.1. ...

116.5. Rebanho de ovinos

116.5.1. ...

116.6. Rebanho de caprinos

116.6.1. ...

116.7. Rebanho de suínos

116.7.1. ...

116.8. Aves

116.8.1. Aves poedeiras

116.8.2. Aves de corte

116.8.3. ...

117. Culturas

117.1. Culturas temporárias

117.1.1. de feijão

117.1.2. de milho

117.1.3. ...

117.2. Culturas permanente – colheita

117.2.1. café

117.2.2. cana de açúcar

117.2.3. laranja

117.2.4. ...

118. Estoques

118.1. Estoques de produtos agrícolas

118.1.1. milho

118.1.2. arroz

118.1.3. feijão

118.1.4. ...

118.2. Estoques de sementes

118.3. Almoxarifado

118.4. Estoques de insumos

118.4.1. Insumos para a pecuária

118.4.2. Insumos para a agricultura

118.4.3. ...

118.5. (-) Provisão p/ Ajuste ao Valor de Mercado

119. Despesas a A

119.2. Encargos Financeiros

119.3. Assinaturas de Publicações

119.4. Aluguéis e Arrendamentos

12. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

121. Títulos a Receber

121.1. Créditos c/ Acionistas e Quotistas

121.2. Créditos c/ Diretores

121.3. Créditos c/ Empresas Ligadas

121.4. Depósitos Bancários Vinculados

121.5. Títulos da Dívida Agrária

122. Aplicações Financeiras

122.1. Depósito a Prazo Fixo Pós-Fixado

122.2. Letras de Câmbio

- 122.3. Títulos de Estatais
- 122.4. Debêntures
- 122.5. Mercado de Ações
- 122.6. Aplicação em Ouro
- 122.7. Títulos e Valores Mobiliários
- 122.8. (-) Provisão p/ Ajuste ao Valor de Mercado
- 122.9. (-) Provisão p/ Perdas
- 123. Empréstimos Compulsórios
- 124. . Despesas a Apropriar
- 125. Depósitos por Incentivos Fiscais
 - 125.1. FINOR
 - 125.2. FINAM
 - 125.3. FUNRES
 - 125.4. (-) Provisão p/ Perdas
- 13. ATIVO PERMANENTE - INVESTIMENTOS
 - 131. Participações Societárias
 - 131.1. Empresas Controladas
 - 131.2. Empresas Coligadas
 - 131.3. Ágio na Aquisição de Investimentos
 - 131.4. (-) Amortização Acumulada do Ágio
 - 131.5. (-) Deságio na Aquisição de Investimentos
 - 131.6. Amortização Acumulada do Deságio
 - 131.7. (-) Provisão p/ Perdas c/ Investimentos

132. Participações Societárias em Outras Empresas 133. Participações por Incentivos Fiscais

133.1. Reflorestamento

133.5. (-) Provisão p/ Perdas

14. ATIVO IMOBILIZADO

141. Imóveis

141.1. Terrenos

141.1.1. Terrenos da fazenda

141.1.2. Pastagens

142. Edificações da produção pastoril

142.1. Pocilgas

142.2. Estábulos

142.3. Currais

142.4. Confinamentos

142.5. Aviário

142.6. ...

143. Edificações da produção agrícola

143.1. Silos

143.2. Depósitos 143.3. ...

144. Construções residenciais

144.1. Residência sede

144.2. Residência de funcionários

144.3. ... 145. Outras edificações

145.1. Pomares

145.2. Barragens e açudes

145.3. Pista de pouso

145.4. Poços artesianos

145.5. ...

146. Veículos máquinas e equipamentos

146.1. Caminhões

146.1.1. ...

146.2. Tratores

146.2.1. ...

146.3. Aeronaves

146.3.1. ...

146.4. Máquinas de beneficiamento

146.4.1. ...

146.5. Implementos agrícolas

146.5.1. ...

146.6. Ferramentas

146.6.1. ...

146.7. Aparelhos e equipamentos de laboratório

146.7.1. ...

146.8. Aparelhos de inseminação artificial

146.8.1. ...

146.9. Móveis e utensílios

146.9.1. ...

147. Rebanhos e aves

147.1. Reprodutores

147.1.1. Gado

147.1.2. Aves

147.2. Matrizes

147.2.1. Gado

147.2.2. Aves

147.3. Aves poedeiras

147.4. Gado leiteiro

148. Culturas permanentes

148.1. Café

148.2. Maçã

148.3. ...

149. Depreciação e exaustão

149.1. Depreciação acumulada

149.2. Exaustão acumulada

15. ATIVO DIFERIDO

151. Gastos Pré-Operacionais

151.1. Gastos de Organização

151.2. Gastos de Reorganização

152. (-) Amortização Acumulada

152.1. ...

152.2. ...

21. PASSIVO CIRCULANTE

211. Empréstimos e Financiamentos

211.1. Empréstimos Bancários

211.2. Empréstimos do Exterior

211.3. Financiamentos Bancários

211.4. Financiamentos do Exterior

211.5. Títulos a Pagar

211.6. Adiantamento s/ Contrato de Câmbio

212. Fornecedores

212.1. Fornecedores Nacionais

212.2. Fornecedores do Exterior

213. Impostos e Contribuições a Recolher

213.1. ICMS

213.2. IRPJ

213.3. Contribuição Social s/ Lucro Líquido

213.4. PIS

213.5. Cofins

213.6. IRRF

213.7. ISS

213.8. INSS

213.9. FGTS

213.10. Contribuição Sindical

214. Contas a Pagar

214.1. Salários

214.2. Honorários

214.3. Fretes e Carretos

214.4. Gratificações

214.5. Aluguéis

214.6. Energia Elétrica

214.7. Telefone

214.8. Água e Esgoto

214.9. Comissões

214.10. Seguros

215. Obrigações c/ Terceiros

215.1. Adiantamento de Clientes

215.2. Arrendamento Mercantil a Pagar

216. Dividendos e Lucros a Pagar

217. Provisões p/ Tributos e Contribuições

217.1. Provisão p/ Imposto de Renda

217.2. Provisão p/ Contribuição Social s/ Lucro Líquido

218. Outras Provisões

218.1. Provisão p/ Férias

218.2. Provisão p/ 13º Salário

22. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

221. Empréstimos e Financiamentos

221.1. Empréstimos Bancários

221.2. Empréstimos do Exterior

221.3. Financiamentos Bancários

221.4. Financiamentos do Exterior

221.5. Adiantamento s/ Contrato de Câmbio

222. Obrigações com Terceiros

222.1. Arrendamento Mercantil a Pagar

222.2. Créditos de Acionistas e Quotistas

222.3. Créditos de Empresas Ligadas

23. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

231. Receitas de Exercícios Futuros

232. (-) Custos de Exercícios Futuros

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

241. Capital Social

241.1. Capital Social Subscrito

241.2. (-) Capital Social a Integralizar

241.3. (-) Ações em Tesouraria e/ou Quotas Liberadas

242. Reservas de Capital

242.1. Ágio na Emissão de Ações

242.2. Incentivos Fiscais

243. Reservas de Reavaliação - Ativos Próprios

243.1. Reavaliação de Imóveis

243.2. Reavaliação de Edifícios

243.3. Reavaliação de Máquinas e Equipamentos

244. Reserva de Lucros

244.1. ...

245. Lucros ou Prejuízos Acumulados

245.1. Lucros Acumulados

245.2. (-) Prejuízos Acumulados

245.3. Ajustes Credores de Exercícios Anteriores

245.4. Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores

31. RECEITAS

311. Receita de Vendas

311.1. Pecuária e outros animais

311.1.1. Venda de gado

311.1.2. Venda de suínos

311.1.3. ...

311.2. Produtos pecuários

311.2.1. Leite

311.2.2. Ovos

311.2.3. Lã

311.3. Produtos agrícolas

311.3.1. Milho

311.3.2. Feijão

311.3.3. ...

321. Deduções da Receita Bruta

321.1. Vendas Canceladas

321.2. Devolução de Produtos

321.3. Devolução de Mercadorias

323. Impostos e Contribuições s/ Vendas

323.1. ICMS

323.2. ISS

323.3. Cofins

323.4. PIS

331. Receitas Financeiras

331.1. Variações Monetárias Ativas

332. Variações Cambiais Ativas

332.1. Empréstimos

333. Outras Receitas Financeiras

333.1. Juros de Aplicações Financeiras

333.2. ... 341. Receitas c/ Investimentos

341.1. Receita de Equivalência Patrimonial

341.1.1. Empresas Controladas

341.1.2. Empresas Coligadas

342. Receita de Dividendos e Lucros

342.1. Dividendos e Lucros de Empresas Controladas

342.2. Dividendos e Lucros de Empresas Coligadas

342.3. Dividendos e Lucros de Outras Empresas

351. Receitas Operacionais Diversas

351.1. Superveniências ativas

351.1.1. Nascimento de gado

351.1.2. Nascimento de aves

351.1.3. ...

351.2. Aluguéis e Arrendamentos

351.3. Vendas de estrume

351.4. Vendas de hortaliças

351.5. Parcerias agrícolas

351.6. Serviços veterinários prestados

361. Reversão de Provisões

361.1. Reversão de Provisão p/ Férias

361.2. Reversão de Provisão p/ Imposto de Renda

361.3. Provisão p/ Perdas 361.4. Provisão p/ Ajuste ao Valor de Mercado

371. Receitas não Operacionais

371.1. Ganhos de Capital c/ Investimentos

371.2. Ganhos de Capital c/ Imobilizado

381. Contas de Apuração

381.1. Exercício agrícola

381.2. Exercício pastoril

381.3. Exercício avícola

381.4. Lucro do Exercício

41. CUSTOS

411. Custos de rebanhos e aves

411.1. Custo do rebanho bovino

411.1.1. Aquisição de gado

411.1.2. Transporte

411.1.3. Mão-de-obra na aquisição e marcação

411.1.4. Alimentação

411.1.5. Profilaxia e tratamento

411.1.6. Conservação e limpeza de currais

411.1.7. Mão-de-obra de vigilância de rebanho

411.1.8. Custos de reprodução 411.2. Custo do rebanho eqüino

411.2.1. Aquisição

411.2.2. Transporte

411.2.3. Mão-de-obra na aquisição e marcação

411.2.4. Alimentação

411.2.5. Profilaxia e tratamento

411.2.6. Conservação e limpeza de estábulos

411.2.7. Mão-de-obra de vigilância de rebanho

411.2.8. Custos de reprodução

411.3. Custo do rebanho suíno

411.3.1. Aquisição

411.3.2. Transporte

411.3.3. Mão-de-obra na aquisição e marcação

411.3.4. Alimentação

411.3.5. Profilaxia e tratamento

- 411.3.6. Conservação e limpeza de estábulos
- 411.3.7. Mão-de-obra de vigilância de rebanho
- 411.3.8. Custos de reprodução
- 411.4. Custo das aves
 - 411.4.1. Aquisição de galinhas
 - 411.4.2. Aquisição de pintos
 - 411.4.3. ...
 - 411.4.4. Transporte
 - 411.4.5. Alimentação
 - 411.4.6. Profilaxia e tratamento
 - 411.4.7. Conservação e limpeza de confinamentos
 - 411.4.8. Reprodução e criação
- 412. Custos de culturas agrícolas
 - 412.1. Custo da cultura de milho
 - 412.1.1. Sementes
 - 412.1.2. Adubos e defensivos
 - 412.1.3. Mão-de-obra de plantio e capina
 - 412.1.4. Transporte plantio e colheita
 - 412.1.5. Mão-de-obra de colheita
 - 412.1.6. Irrigação
 - 412.2. Custo da cultura de feijão
 - 412.2.1. Sementes
 - 412.2.2. Adubos e defensivos

412.2.3. Mão-de-obra de plantio e capina

412.2.4. Transporte plantio e colheita

412.2.5. Mão-de-obra de colheita

412.2.6. Irrigação

412.3. Custo da horticultura

412.3.1. Sementes e mudas

412.3.1. Adubos e defensivos

412.3.3. Mão-de-obra de plantio e capina

412.3.4. Transporte plantio e colheita

412.3.5. Mão-de-obra de colheita

412.3.6. Irrigação

413. Variações por perdas

413.1. Variações nos rebanhos

413.1.1. Morte de gado bovino

413.1.2. Morte de suínos

413.1.3. ...

413.2. Variações na criação de aves

413.2.1. Morte de galinhas

413.2.2. Morte de pintos

413.2.3. ...

413.3. Variações nas culturas

413.3.1. Perdas na cultura de milho

413.3.2. Perdas na cultura de feijão

413.3.3. ...

414. Outros custos

414.1. Depreciações

414.2. Manutenção de máquinas e equipamentos

42. DESPESAS

421. Despesas de Pessoal

421.1. Ordenados, Salários e Comissões

421.2. Férias

421.3. 13º Salário

421.4. INSS

421.5. FGTS

421.6. Assistência Médica

421.7. Viagens e Representações

421.8. Transporte de Empregados

421.9. Programa de Alimentação do Trabalhador

422. Despesas c/ Entrega

422.1. Combustíveis

422.2. Manutenção de Veículos

423. Outras Despesas

423.1. Depreciações e Amortizações

423.2. Aluguéis

423.3. Manutenção e Reparos

423.4. Telefone e correio

423.5. Seguros

423.6. Devolução de Vendas Exercício Anterior

423.7. Provisões

423.7.1. Provisão para ajuste do estoque a preço de mercado

423.8. Força e Luz

423.9. Água e Esgoto

424. Despesas Tributárias

424.1. IPTU 424.2. IPVA

424.3. Contribuição Sindical

424.4. Tributos e Contribuições Federais

424.5. Tributos e Contribuições Estaduais

424.6. Tributos e Contribuições Municipais

424.7. Multas Fiscais

424.8. Juros s/ Tributos e Contribuições

425. Materiais e Suprimentos

425.1. Material de Escritório

425.2. Material de Higiene e Limpeza

426. Despesas Financeiras

426.1. Variações Monetárias Passivas

426.2. Juros Passivos

426.3. Despesas Bancárias

427. Despesas de Equivalência Patrimonial

427.1. Empresas Controladas

427.2. Empresas Coligadas

427.3. Amortização de Ágio

428. Provisões p/ Perdas e Ajustes de Ativos

429. Despesas Não Operacionais

429.1. Perdas de Capital c/ Investimentos

429.2. Perdas de Capital c/ Imobilizado

430. Contas de Apuração

430.1. Exercício agrícola

430.2. Exercício pastoril

430.3. Exercício avícola

430.4. Prejuízo do Exercício Fundamentos Legais: Resolução CFC nº 909, de 08.08.2001.

4.2 CUSTOS DE PRODUÇÃO

4.2.1 Custos Diretos

São aqueles que podem ser diretamente apropriado aos produtos agrícolas.

Exemplos:

Insumos: São materiais brutos ou já trabalhados, necessários ao processo de obtenção do produto desejado, como fertilizante, sementes, rações, medicamentos:

Mão de obra direta: São os custos com os trabalhadores utilizados diretamente na produção agrícola , sabendo quanto tempo cada um trabalho na produção é possível apropria-la diretamente.

Também é considerado custo diretos, material de embalagem, manutenção de maquinas e equipamento, depreciação de maquinas e equipamentos utilizados diretamente na produção, energia elétrica e combustível e lubrificante.

4.2.2 Custos Indiretos

São aqueles necessários para a produção de um ou mais produtos, são alocados através de um sistema de rateio, estimativa ou outros. Como por exemplo, salários de supervisão de equipes de produção, depreciação de equipamentos agrícolas usados em mais de um produto agrícola, aluguel de pastagens, energia elétrica que não são associadas ao produto agrícola, impostos e taxas da propriedade rural, e manutenção e conservação de equipamentos agrícolas.

4.2.3 Custos Fixos

São os custos inalterados independente da quantidade produzida , como por exemplo depreciação e aluguel de pastagens.

4.2.4 Custos Variáveis

São os custos que variam em proporção direta com o volume de produção ou área de plantio. Por exemplo, mão de obra direta, insumos diretos , etc.

4.2.5 Outros Conceitos

Custos de transformação são os custos empregados no processo de produção de um determinado produto agrícola ;

Custos para avaliação dos estoques;

Método custeio por absorção é o método utilizado a fim de mensurar os estoques dos produtos acabados ou ainda em exploração e ao fim ou intervalo do exercício apurar o resultado contábil.

Custeio Direto ou Variável, neste método é utilizado somente os custos variáveis para determinar o custo de produção.

Custos Standard ou Padrão

Destinam-se a confrontar a realidade com os padrões de custos e outros tipos de previsões e metas contidos no planejamento empresarial.

Rateio é a alocação dos custos indiretos a produção seguindo critérios racionais.

Alguns gastos são irrelevantes e não necessitam serem rateados, pois não justificam o trabalho empregado.

Na atividade pecuária os custos são determinados conforme:

Custos médios do rebanho, que são divididos pelo número que compõem o rebanho.

Custos médios dos reprodutores divide-se o custo do rebanho por todo o plantel menos os bezerros nascidos no período. O resultado é multiplicado pelas cabeças do imobilizado e esse valor é atribuído aos bezerros nascidos.

Custo específico apura-se todos os custos referentes ao imobilizado e apropriam-se aos animais. Os demais custos seriam distribuídos proporcionalmente ao rebanho em estoque

Custo com a manutenção do bezerro, para apurar este custo multiplica-se o número de dias do período de lactação pelo custo diário de manutenção do animal em estoque, adicionando outros custos.

Na avicultura os custos são determinados como:

Custos Variáveis que são os desembolsos realizados pelo avicultor, durante o ciclo de produção, estão incluídos as despesas com a cama aviária, energia elétrica, mão de obra, carregamento dos frangos, limpeza das granjas, etc.

Custos Operacionais são os custos que contempla a depreciação dos equipamentos e instalações.

4.3 IMOBILIZADO

São considerados imobilizados e investimento;

a) benfeitorias resultantes de construção, instalações, melhoramentos, culturas permanentes, essências florestais e pastagens artificiais;

b) aquisição de tratores, implementos e equipamentos, máquinas, motores, veículos de carga ou utilitários, utensílios e bens de duração superior a um ano e animais de trabalho, de produção e de engorda;

c) serviços técnicos especializados, devidamente contratados, visando a elevar a eficiência do uso dos recursos da propriedade ou da exploração rural;

d) insumos que contribuam destacadamente para a elevação da produtividade, tais como reprodutores, sementes e mudas selecionadas, corretivos do solo, fertilizantes, vacinas e defensivos vegetais e animais;

e) atividades que visem especificamente à elevação socioeconômica do trabalhador rural, prédios e galpões para atividades recreativas, educacionais e de saúde;

f) estradas que facilitem o acesso ou a circulação na propriedade;

g) instalação de aparelhagem de comunicação e de energia elétrica e;

h) bolsas para a formação de técnicos em atividades rurais, inclusive gerentes de estabelecimento e contabilistas.

4.3.1 Depreciação. Exaustão e Amortização

Depreciação aplica-se em bens tangíveis;

Exaustão aplica-se em recursos naturais exauríveis;

Amortização aplica-se em bens intangíveis.

Toda a cultura permanente que produzir frutos no caso os ativos biológicos sofrera depreciação, já os frutos produzidos em arvores que não serão retiradas do solo incidirá exaustão, no caso da extração do chá e na produção de banana será considerado como depreciação, pois as folhas do chá são consideradas o produto final, e no caso da banana o tronco é cortado.

Quanto a taxa de depreciação ela só pode ser determinado por agrônomos, técnicos em agronomia, ou pelos próprios produtores que conhecem a vida útil, ou o número de anos de produção da árvore.

São passíveis de depreciação as máquinas e equipamentos agrícolas recomendam-se nesse caso a apropriação da depreciação, em decorrência do uso, as respectivas culturas ou projetos, considerando que os equipamentos não trabalham ininterruptamente. Fatores naturais como chuvas e geadas devem ser considerados na apuração da depreciação, o mais correto é apurar por hora, através do cálculo do número de horas de trabalho por equipamento.

No caso dos ativos biológicos na atividade pecuária, a vida útil do rebanho de reprodução será contado no momento em que se iniciar o processo de reprodução.

Neste a vida útil é determinado por um veterinário.

São passíveis de exaustão os gastos com formação de lavoura de cana de açúcar quando se trata de vegetação própria será objeto de quotas de exaustão, à medida que seus recursos forem exauridos, os gastos com a formação de pastagens também são objetos de exaustão.

A depreciação só incide após a primeira colheita

4.3.2 Gastos pré-operacionais

São os gastos que não são alocados diretamente como intangível, mas contribuirão para a formação de receitas futuras, como por exemplo os gastos efetuados com o preparo do solo.

4.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS

Segundo Crepaldi (2009,pg 75), a forma de escriturar é de livre escolha da empresa Rural, desde que mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos das legislações comercial e fiscal e aos princípios fundamentais da contabilidade.

Como todas as empresas as entidades rurais devem apresentar:

- a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (f) demonstração do valor adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

4.5 IMPOSTO E OBRIGAÇÕES

4.5.1 Formas de Tributação

De acordo com a Receita Federal, são tributadas com base nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, inclusive sujeitando-se ao adicional do imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento).

A legislação brasileira permite aos contribuintes a faculdade de escolha na forma de tributação.

4.5.2 Obrigações Acessórias

Como as demais empresas mercantis, as empresas rurais também estão sujeitas as obrigações acessórias de acordo com a forma de tributação.

As principais delas são:

- DCTF mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais mensal

- Decore eletrônica - Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos
- EFD - Contribuições - Escrituração Fiscal Digital da contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita
- Comprovante anual de rendimentos - Pessoas físicas
- Comprovante anual de rendimentos - Pessoas jurídicas
- DASN-Simei - Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual
- Defis - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais
- ECD - Escrituração Contábil Digital
- Simples Nacional - Opção
- ECF - Escrituração Contábil Fisca
- DSPJ - Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica inativa de 2017
- GFIP- Guia de Recolhimento do [FGTS](#) e de Informações à Previdência Social
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- RAIS- Relação Anual de Informações Sociais
- ITR – Imposto Territorial Rural
- NF-e - Nota Fiscal eletrônica
- NFS-e - Nota Fiscal de Serviços eletrônica

4.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

A contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial através de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão. Por isso é importante que além de acompanhar os avanços tecnológicos, nos quesitos de melhorar a produção e a infraestrutura do negócio , o empresário rural deve se atentar as novas técnicas e tecnologias do sistemas de informações gerencias e de contabilidade .

O sistema que será implantado deve levar em consideração algumas necessidades que tornaram a ação bem sucedida.

O sistema de informação tem que possibilitar, tomada de decisões oportuna e efetiva, redução no tempo de obtenção de informações, melhoria e agilidade na comunicação interna e esforços dirigidos para a consecução de objetivos

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Considerando a grande importância do agronegócio no Brasil e de seu constante crescimento, ganhando cada vez mais destaques na economia mundial, perdeu o sentido de ser um setor primário, pois tem muitos outros serviços envolvidos, desde as modernizações das máquinas, até a compra de insumos de outros países, além do avanço das tecnologias utilizadas no setor .

Portanto não é importante somente a modernização das máquinas e equipamentos ou aperfeiçoamento das técnicas de manejo é necessário aprimorar os sistemas de gerenciamento e planejamento , a contabilidade é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento desse setor , e o agronegócio é um excelente ramo para estudo , e pode ser muito bem explorado pelo controller.

Este trabalho procurou demonstrar um pouco como a contabilidade é aplicada nas atividades rurais.

Diante do que foi exposto em todo o trabalho , as atividades rurais tem uma participação fundamental na economia , é importante que a contabilidade seja feita de forma correta e objetiva , por isso gostaria de recomendar para futuros estudos , a pesquisa mais detalhada referente aos custos na atividade rural, conceitos , como é compostos e quais são os métodos utilizados.

Outro ponto muito interessante na contabilidade rural , é o sistema de depreciação , como é tratada nos diversos setores .

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Nadia de Barros^[1]_{SEP}. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras : um estudo multicasos. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo, 2010. 112 p.

ALCÂNTARA, Saulo Vinícius de. Tributação da pessoa jurídica que tenha como objeto a exploração de atividade rural. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 936, 25 jan. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7875>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BATALHA, Mário Otávio; SCARPELLI, Moacir. Gestão do agronegócio: aspectos conceituais. In: BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão de agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade da Pecuária**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Rural**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MEDEIROS, Jesiomar **Antônio** de. Agribusiness Contabilidade e Controladoria. **Guaíba**: Editora **Agropecuária**, 1999.

NEVES, Marcos Fava et al. Cenários e Perspectivas para o Agribusiness brasileiro. **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Enfoque em Sistema de Informação Contábil. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

<http://professorcrepaldi.pro.br> acesso em 12/03/2017

<http://www.institutomarion.com.br> acesso em 12/03/2017